

Transformações e continuidades: análise das políticas públicas chilenas pós-manifestações de 2019

Francisco Thiago Cavalcante Garcez
Universidade Federal do ABC

Alexandre Antônio Bruno da Silva
Universidade Estadual do Ceará

Artur Zimmerman
Universidade Federal do ABC

1 Introdução

O escopo desse trabalho recai nas políticas públicas implementadas no Chile a partir das grandes manifestações de 2019. Portanto, o desafio inicial consiste em evidenciar a importância de voltar a atenção para a experiência chilena.

Ora, o Chile é um país emblemático frequentemente citado como um laboratório de experiências inacabadas de políticas neoliberais. Nas últimas cinco décadas, intensas disputas têm marcado o cenário chileno, contrapondo o modelo político-econômico liberal, implementado durante o regime de Pinochet (1973-1990), e um projeto societal que questiona as consequências dessa herança para a população chilena. Nesse contexto, o último lustro expõe transformações significativas, o que tem impulsionado uma reconfiguração global¹ das políticas públicas no país.

Em razão desse contexto, o Chile congrega um cenário frutífero para análise e avaliação de políticas públicas, visto que as instituições e diversos setores estão passando por um processo de remodelagem. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é conduzir uma análise das esferas das políticas públicas que estão sob o escopo de transformações durante o período de transição em questão, utilizando abordagens e conceitos teóricos empregados em análise de políticas públicas, tais como: janela de oportunidade, neoinstitucionalismo e análise de estilos políticos.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, utilizando tanto a pesquisa bibliográfica quanto documental para analisar o contexto e as políticas públicas no Chile. A pesquisa bibliográfica compreendeu uma revisão da literatura, centrando-se nos conceitos fundamentais necessários para embasar a argumentação do estudo: políticas públicas, análise de políticas públicas e o contexto específico do Chile. Este artigo analisa as políticas públicas no Chile usando duas abordagens principais: o neoinstitucionalismo e a análise de estilos políticos. À guisa de introdução, o neoinstitucionalismo foca na importância das instituições e como elas moldam os processos sociais, enquanto a análise de estilos políticos examina como os comportamentos e discursos dos atores

¹ Não se trata de uma reorientação das políticas a partir da transição de um governo conservador para um progressista, mas sim de uma reconfiguração estrutural que remodela as políticas públicas chilenas.

políticos influenciam as políticas. Combinadas, essas abordagens aprimoram a análise sobre processos políticos ocorridos no Chile.

Esta revisão permitiu a identificação de estudos que sustentam a compreensão das políticas públicas no país. Em adição, a pesquisa documental abrangeu a análise de documentos oficiais, relatórios governamentais, estudos de caso e outras fontes primárias e secundárias relevantes. Esta análise focalizou as áreas de gestão hídrica, exploração mineral, política de habitação, previdência social, saúde, educação e segurança pública, selecionando fontes que oferecessem dados confiáveis sobre as políticas estudadas.

Para melhor organização do trabalho, optou-se por dividi-lo em quatro seções. A primeira apresenta conceitos elementares de análise de políticas públicas necessários para compreensão da problemática apontada pelo artigo. A segunda busca explicitar o processo de transição em curso no Chile, com recorte entre o governo de Salvador Allende e os acontecimentos que buscaram romper com o modelo neoliberal chileno em 2019. A terceira tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre as políticas públicas do Estado chileno. Para tanto, a quarta seção adota uma análise sistemática das políticas adotadas pelo governo de Pinochet e das propostas subsequentes, delineadas no contexto da crise que emergiu a partir da experiência neoliberal chilena.

2 Análise de políticas públicas

O campo interdisciplinar das políticas públicas surge nos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Pode-se conceber as políticas públicas como um conjunto de medidas implementadas pelo governo² com o intuito de repercutir efeitos específicos (Lynn, 1980). Em adição, Souza (2006, p. 26) sintetiza políticas públicas como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Conforme destacado por Saravia e Ferrazi (2006, p. 28), pode-se compreender políticas públicas como um processo contínuo de decisões públicas, cujo propósito é a manutenção do equilíbrio social ou a introdução de desequilíbrios deliberados com o intuito de promover alterações nessa realidade. Tais decisões são condicionadas tanto pelo próprio curso do processo decisório quanto pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social.

A análise de políticas públicas se configura como um campo interdisciplinar e sua abordagem pode variar a depender do campo-mãe em que as políticas públicas estão sendo analisadas. Ela contribui com o constante aprimoramento das políticas públicas e “corresponde a estudos para políticas, envolvendo a geração e a mobilização de conhecimento para subsidiar políticas públicas” (Farah, 2016, p. 962).

A análise de políticas públicas é constantemente associada à mensuração da legitimidade, eficácia, durabilidade e ação pública de uma política pública (Knoepfel *et al.*, 2007). Com isso, pode identificar fragilidades, pontos de melhoria, desafios, potencialidades. Noutros termos, objetiva aprimorar a qualidade das políticas públicas (Knoepfel *et al.*, 2007).

² Em uma perspectiva ampliada. Considerando as distintas esferas de um governo (principalmente em Estados federativos), ou mesmo via terceiro setor, e até por meio de PPPs (Parceria Público-Privada).

A literatura especializada exhibe um consenso ao afirmar que a análise de políticas públicas é fundamental para compreender as ações governamentais voltadas à solução dos problemas enfrentados pela coletividade (Marques, 1997; Souza, 2006; Dye, 2013). Numa perspectiva de cooperação e desenvolvimento regional, a análise de políticas públicas em perspectiva internacional se torna uma importante ferramenta, pois a partir de experiências exteriores é possível obter subsídios para incorporação de boas práticas, identificar fragilidades, adotar novas tecnologias, comparar políticas públicas executadas no exterior com as locais.

Outrossim, o presente texto adota a premissa de que o cenário macrossocial é um elemento de significativa importância para a compreensão das políticas públicas, privilegia os eventos históricos, eventos e características sociais, econômicas e políticas do Chile. O país atravessa uma fase de transição de um paradigma de políticas públicas que se erigiu durante o período ditatorial, tendo passado posteriormente por reformas, mas não rupturas. Com efeito, a presente abordagem sobre o Chile se fundamenta no substancial impacto suscitado pelas transformações em curso em diversas esferas da sociedade chilena.

É viável estabelecer um marco temporal a partir das funções essenciais associadas à avaliação de políticas públicas, a saber: informação, realocação e legitimação (Faria, 2005; Trevisan; Bellen, 2008). A primeira delimitou o uso da avaliação como um mecanismo de *feedback* para gestores e formuladores na década de 1960. A segunda, consolidada na década de 1980, foi uma consequência da racionalidade imposta devido à contenção de gastos públicos, o que comprometia o direito social à garantia orçamentária. A terceira emerge nos anos 1990, colocando a avaliação a serviço da reforma do Estado, conferindo credibilidade e apoio político no uso da avaliação de políticas públicas.

A crítica apresentada por Faria (2005) nos leva a ponderar sobre a necessidade de romper com uma perspectiva gerencialista de mensuração de resultados na avaliação de políticas públicas. Cabe aqui afirmar que a avaliação deve ser essencialmente um instrumento democrático, não devendo ser uma ferramenta meramente técnica restrita à gestão³. Nesse sentido, existem diferentes espaços para análise e avaliação de políticas públicas, nos quais se inserem, mas não se limitam: monitoramento e avaliação de políticas por órgãos governamentais, avaliações de organizações internacionais, relatórios de organizações não governamentais (ONGs, Avaliação de políticas por agências reguladoras, estudos acadêmicos, dentre outros).

Frey (2000) destaca a importância de compreender os aspectos macrossociais na análise de políticas públicas. O autor explora conceitos essenciais relativos à análise de políticas, fazendo uma distinção entre as dimensões de *polity*, *politics* e *policy*. O *polity* refere-se à dimensão estrutural das políticas públicas, enquanto o *politics* engloba o processo, frequentemente caracterizado por conflitos. Por último, o *policy* se refere ao conteúdo concreto e material das políticas. Nessa esteira, três abordagens são vistas como promissoras: *policy network*, *policy arena* e o *policy cycle* (Frey, 2000).

O *policy network* refere-se à uma rede de atores envolvidos com atividades em determinada política pública. Kingdon (2011, p. 46-67) afirma que existem variados grupos de interesses que influenciam a opinião pública e a agenda das políticas públicas. São exemplos de grupos de interesses

³ Porém, há uma gama imensa de composições democráticas. Há participação em conselhos, comitês e afins. Em alguns destes, esta participação é apenas fictícia, para dar legitimidade ao processo, mas sem a real participação nas decisões. Em outros termos, há mais poder de representantes da sociedade civil.

que compõem o universo do *policy network*: acadêmicos, pesquisadores, consultores, a mídia, participantes relacionados com as eleições (ativistas políticos, partidos políticos), opinião pública. A dinâmica das *policy networks* influencia a maneira como diferentes atores políticos e sociais interagem, colaboram e competem para moldar as políticas públicas.

A *policy arena* engloba uma constelação de conflitos geradores de consensos e dissensos. Ela é o local onde são definidas as prioridades para as tomadas de decisões dos atores políticos. A dinâmica dessa arena é moldada pelas regras e estruturas institucionais (*polity*), pelas políticas específicas em questão (*policy*) e pelas redes de interação entre os diversos atores (*policy networks*).

O ciclo de políticas públicas abrange um ciclo deliberativo que divide a política pública em fases sistemáticas. Ripley (1985, p. 158) sistematiza o ciclo de políticas públicas como “definição de agenda, formulação e legitimação de objetivos e programas, implementação, avaliação da implementação e decisões sobre o futuro da política e dos programas”. Existem diversos modelos de ciclos de políticas públicas (Howlett; Ramesh, 2003; Souza, 2006; Dye, 2013), em geral, englobam a agenda, formulação, implementação, execução, avaliação e monitoramento da política pública.

Os conceitos acima são “considerados de fundamental importância tanto para a compreensão de políticas públicas quanto para a estruturação de um processo de pesquisa, que vise à realização de estudos de caso” (Frey, 2000, p. 216).

Dois abordagens basilares da análise de políticas públicas para o presente texto são o neoinstitucionalismo e a análise de estilos políticos. Para Marques (1997, p. 75), a primeira abordagem se trata de “uma corrente recente das Ciências Sociais que tem ressaltado, de maneira enfática, a importância das instituições para o entendimento dos processos sociais”. Desse modo, o neoinstitucionalismo destaca a importância das instituições no processo de políticas públicas. O autor em tela utiliza um exemplo abstrato para descrever a vertente: “enquanto os atores sociais poderiam comparados aos jogadores em uma partida esportiva, as instituições seriam a delimitação do campo e as regras do jogo” (Marques, 1997, p. 76).

Há uma conexão entre as instituições e os atores. Na analogia aludida acima por Marques (1997), os jogadores podem desempenhar um papel fundamental para alterações estruturais nas regras do jogo. Do mesmo modo, os agentes sociais podem influenciar as instituições.

Knoepfel *et al.* (2007) destaca que o neoinstitucionalismo direciona sua ênfase para interações ocorridas no âmbito das organizações e das normas institucionais. Já a análise de estilos políticos, conforme Frey (2000), destaca a relevância dos comportamentos, atitudes e discursos dos atores políticos no contexto das políticas públicas. Essa abordagem engloba fatores culturais, valores, regras e padrões de ação, tanto individuais quanto coletivos, que orientam as atitudes e decisões dos atores.

O presente artigo utiliza a afinidade entre o neoinstitucionalismo e a análise de estilos políticos como subsídio para compreensão dos últimos acontecimentos no Chile na seara das políticas públicas. Por último, cumpre destacar que as perspectivas de análise em políticas públicas não são concorrentes entre si, assim como não existe uma que possa ser julgada como a melhor, “cada uma delas fornece um foco separado na vida política e cada uma pode nos ajudar a compreender coisas diferentes sobre políticas públicas” (Dye, 2013, p. 16, tradução livre dos autores). Essa escolha teórica é justificada pela ideia de que essas abordagens não se excluem, mas sim oferecem perspectivas distintas e complementares sobre a realidade política. Dessa forma, a combinação dessas duas

abordagens não apenas mitiga limitações na análise, mas também possibilita uma análise ampliada da complexidade dos processos políticos.

3 Um Chile em transição

Uma breve contextualização dos acontecimentos posteriores à Segunda Guerra Mundial é fundamental para compreender os direcionamentos sociopolíticos e econômicos nos países latino-americanos. Com a vitória dos países aliados, o mundo entrou num período de intensas disputas entre as duas principais potências do pós-guerra: os Estados Unidos (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ambos os países buscavam a hegemonia global num período denominado como Guerra Fria, compreendido entre 1947 e 1991.

Diante das intensas disputas ideológicas que se seguiram à Revolução Comunista Chinesa de 1949, os EUA foram surpreendidos uma década depois pela Revolução Cubana. Esse evento marcou o continente americano ao resultar na instalação de um governo socialista alinhado à URSS em um território anteriormente sob a influência dos EUA. Esse acontecimento desencadeou uma hipertrofia da intervenção dos EUA nos rumos sociopolíticos, culturais, econômicos e históricos na América Latina. Ora, reconhecidamente os EUA financiaram golpes e regimes militares em escala global, com maior intervenção nos países latino-americanos, por conta da posição territorial estratégica em relação aos EUA.

No Chile, Salvador Allende foi eleito democraticamente em setembro de 1970, com um destacado apoio popular nas urnas. Nos estágios iniciais do Governo Allende, foram implementadas políticas de nacionalização de setores estratégicos da economia chilena, tais como os de mineração e do mercado financeiro e de capitais, que antes estavam sob o controle de clãs financeiros que dominavam a economia capitalista do país. Além disso, ele buscou implementar uma extensa e rápida reforma agrária. Houve uma significativa redistribuição da renda nacional, visando resultar na melhoria de condições de vida da população chilena. Isso se refletiu em várias iniciativas, como a construção de um número substancial de conjuntos habitacionais. Além disso, houve um aumento significativo no acesso à assistência médica gratuita, com um aumento notável no número de consultas médicas disponíveis para a população. A sociedade chilena experimentara um período de inúmeras mudanças sociais, culturais e políticas (Winn, 2010).

O caso do "caminho democrático para o socialismo", adotado por Salvador Allende no Chile, despertou o interesse e inspirou movimentos de esquerda em todo o mundo, pois representava uma tentativa de promover uma transformação socialista em um contexto democrático. Entretanto, vários fatores culminaram com o Golpe Militar de 1973, a saber: perda de apoio político, fracasso da política econômica, descontrole da inflação, conflitos entre os poderes, desestabilização do Governo Allende por parte da influência norte-americana, sob o Governo Nixon, no contexto da Guerra Fria (Winn, 2010; Sater; Collier, 2019; Villalobos, 2022). Em 11 de setembro de 1973, o General Augusto Pinochet orquestrou um golpe de Estado na República do Chile, resultando no bombardeio do Palácio de La Moneda, que resultou na morte do então presidente Salvador Allende. Este acontecimento emblemático marcou o início de um período sombrio na história chilena, caracterizado pela instauração de um regime ditatorial. As consequências desse golpe de Estado reverberaram

profundamente ao longo dos anos, delineando uma das ditaduras sul-americanas mais marcadas por violência e violações de direitos civis, políticos e humanos.

O Regime Militar de Pinochet foi caracterizado pela construção de uma institucionalidade político-jurídica funcional adequada às necessidades do neoliberalismo. Essa reconfiguração local resultou na redução de benefícios sociais básicos e na diminuição da proteção social, o que, por sua vez, levou ao aumento da desigualdade social e ao acirramento da pobreza (Bohoslavsky; Fernández; Smart, 2019).

Tal orientação foi chancelada pelos Chicago Boys, “um grupo de tecnocratas que promoveu reformas de mercado, tendo seu começo em 1975” (Undurraga, 2015, p. 16, tradução livre dos autores). Destarte, “este grupo de economistas em formação na Universidade de Chicago defendeu políticas de mercado livre e de livre iniciativa destinadas a alcançar o desenvolvimento através do setor privado e a abertura da economia à economia mundial” (Valenzuela, 1982, p. 64, tradução livre dos autores). Havia uma nítida direção gerencialista e autocrática quanto às políticas públicas. Destarte, a proteção social foi submetida à tutela do mercado, distanciando o Estado e o povo, sobretudo as camadas mais populares, dos processos decisórios nas políticas públicas.

Na América Latina, o Chile foi pioneiro na implantação de reformas estruturais tidas como de caráter neoliberal, ocorridas durante o governo militar ditatorial de Pinochet (1973-1990). Tais reformas se orientaram pela afirmação do caráter subsidiário do Estado e expansão mercadológica em várias áreas, com retração da indústria, fragilização da organização sindical e dos direitos dos trabalhadores (Oliveira; Machado; Hein, 2019, p. 1). Esse contexto é caracterizado por Valenzuela (1982, p. 65, tradução livre dos autores):

Por mais dramáticas que tenham sido as transformações na política chilena, transformações igualmente dramáticas foram instituídas na esfera socioeconômica, com implicações de longo alcance para a sociedade chilena [...] Para implementar essas mudanças políticas, o governo recorreu a uma equipe de conselheiros econômicos que argumentavam que o subdesenvolvimento só poderia ser superado por meio da promoção da iniciativa privada e da redução de todas as barreiras à plena integração do Chile na economia mundial.

O Governo Pinochet teve sua legitimidade solapada pela mobilização social chilena. Em 1988, foi obrigada a convocar um plebiscito, no qual a população deveria votar pela continuidade ou ruptura com o regime ditatorial (Garretón, 1992; Aggio; Quiero, 2000). O resultado foi uma ruptura, no plano institucional, que pôs fim ao regime militar e abriu caminho para a redemocratização. No entanto, apesar da alteração no poder, a base das políticas neoliberais implementadas no Governo Pinochet foi mantida, ainda que com ajustes incrementais ao longo das últimas décadas. Assim, a transição representou uma mudança no regime político, mas preservou o legado das políticas da ditadura militar chilena.

A transição política que ocorreu no Chile após o plebiscito de 1988, que resultou na saída de Pinochet do poder, pode ser compreendida como um processo de “ruptura controlada”. Embora o fim do regime militar representasse uma mudança significativa no regime político e uma vitória para os movimentos sociais e democráticos, a continuidade das políticas neoliberais implantadas durante a ditadura reflete uma estratégia de manutenção da estabilidade econômica e das reformas estruturais.

A justificação para essa continuidade reside na percepção de que as políticas neoliberais haviam modernizado a economia chilena e contribuído para o crescimento econômico.

Um exemplo concreto da continuidade das políticas neoliberais é a manutenção do sistema de previdência social baseado na capitalização individual, instaurado por Pinochet em 1981. Apesar das críticas crescentes sobre a desigualdade e a falta de cobertura do sistema, o governo de Patricio Aylwin, que assumiu o poder em 1990, optou por preservar esse modelo em vez de reformá-lo profundamente.

O Chile é caracterizado por ter um dos sistemas partidários mais estáveis da América Latina. A disputa pelo poder envolve, em grande parte, dois grandes blocos. A coalizão de centro-esquerda, intitulada *Concertación de Partidos por la Democracia* (Aliança de Partidos pela Democracia) e a de centro-direita, denominada *Alianza por Chile* (Aliança pelo Chile). A primeira foi representada por antagonistas do regime ditatorial, enquanto a segunda foi composta por partidos que apoiaram e se colocaram como herdeiros das políticas de Pinochet (Mayer, 2024).

Segundo Mayer (2024), a estruturação do sistema político chileno em duas grandes coalizões foi geradora de estabilidade por um longo período. Contudo, este contexto foi abalado pela dissolução da *Concertación* em 2013 e pela fundação do Partido Republicano em 2019, por José Antonio Kast, que rapidamente adquiriu significativo capital político. Kast é descrito por Mayer (2024, p. 12) como "um extremista de direita que busca ser o herdeiro e protetor do legado de Pinochet". No entanto, a vitória de Gabriel Boric, em uma eleição marcadamente polarizada, evidenciou uma necessidade de reavaliação das instituições e políticas chilenas. Noutros termos, a ascensão de Boric, representando uma coalizão de esquerda, intitulada Convergência Social, demonstrou uma demanda por reformas que confrontem as contradições perpetuadas pelo sistema político chileno.

A seguir é apresentada um quadro que visa elucidar os distintos regimes governamentais e seus respectivos espectros ideológicos.

Quadro 1 – Governo, afiliação partidária e espectro ideológico declarado (Chile, 1990 à atualidade)

Período	Governo	Afiliação partidária	Espectro ideológico declarado
1990-1994	Patricio Aylwin	Partido Democrata Cristão do Chile	Centro-esquerda
1994-2000	Eduardo Frei Ruiz-Tagle	Partido Democrata Cristão do Chile	Centro-esquerda
2000-2006	Ricardo Lagos	Partido pela Democracia	Centro-esquerda
2006-2010	Michelle Bachelet	Partido Socialista do Chile	Centro-esquerda
2010-2014	Sebastián Piñera	Renovação Nacional	Direita
2014-2018	Michelle Bachelet	Partido Socialista do Chile	Centro-esquerda
2018-2022	Sebastián Piñera	Renovação Nacional	Direita
2022-atual	Gabriel Boric	Convergência Social	Esquerda

Fonte: Elaboração própria

A análise de diferentes estilos políticos e o neoinstitucionalismo, conforme articulados por Frey (2000), oferecem subsídios para compreender essa continuidade. Em primeiro, as políticas públicas e as instituições são moldadas por estilos políticos específicos que refletem a interação entre os atores políticos e as estruturas institucionais. No caso chileno, o estilo político autoritário e neoliberal do regime militar deixou uma herança nas instituições do Estado. Mesmo com a transição para a

democracia, os estilos políticos dos governantes subsequentes, sejam eles progressistas, sejam conservadores, continuaram a operar dentro dos limites estabelecidos por essa herança autoritária. Dessa forma, a capacidade das instituições de se adaptarem a novos estilos políticos foi limitada, resultando em reformas incrementais, em vez de uma ruptura completa com a Constituição de 1980.

Entretanto, é no contexto da crise de 2019 que o referido modelo sofre um dos maiores golpes para erosão das bases de sua legitimidade. A partir de outubro de 2019, “[...] as mobilizações dos anos anteriores, de diversos movimentos sociais reivindicando reivindicações setoriais, são catalisadas pelo despertar massivo e insubordinado caracterizado como surto social, revolta ou rebelião popular” (Torres, 2023, p. 296). Como consequência, o Estado chileno passou a experimentar um período de transformações com a proposição de reformas globais, cujas consequências incidem sobre diversos setores das políticas públicas.

Por fim, cumpre destacar que o Chile está atualmente passando por seu terceiro processo constitucional em 30 anos. Os processos constituintes de 2022 e 2023 foram uma resposta às massivas mobilizações que ocorreram no país em 2019 e 2020, originadas pela luta contra o aumento das tarifas de transporte. Diferentemente do primeiro processo, que permitiu maior participação cidadã, o processo constituinte de 2023 foi controlado pelos partidos políticos e pela elite política (Dulci; Sadivia, 2021; Aguilar Cavallo, 2023). As duas novas constituições foram rejeitadas pela população, o que significa que ambas não obtiveram êxito em representar os interesses da população chilena.

4 As políticas públicas no contexto de transformações no Estado chileno

8

A partir da crise do modelo de políticas neoliberais no Chile em 2019, duas importantes transformações são percebidas. A primeira no institucionalismo: nos últimos 50 anos, o Chile manteve as bases de uma herança de um período ditatorial de orientação liberal em suas instituições. O país vem buscando romper com esse direcionamento. A segunda é a mudança da orientação político-ideológica do executivo nacional: em 2022, Gabriel Boric, político alinhado com ideias progressistas e espectro ideopolítico de esquerda, assumiu a presidência do Chile, sucedendo Sebastián Piñera, ex-presidente identificado com ideais conservadores.

Com efeito, pretende-se apresentar um panorama de políticas públicas que foram objeto de transformações durante este período de transição. Mancilla, Rojas e Bravo (2020, p. 304-306) apresentaram um quadro de referência de setores de políticas públicas implementadas após a Constituição da República Chilena de 1980. Os autores adotam uma abordagem analítica segmentada, estruturando o escopo de suas investigações em distintos domínios políticos, a saber: políticas hídricas, políticas de mineração, políticas do setor imobiliário, políticas de previdência social, políticas de saúde e políticas de educação. Este arcabouço conceitual delineado servirá como fundamento para a condução de nossa análise, tendo sido acrescida, de modo complementar, a política de segurança pública.

a) Gestão hídrica

O acesso à água no Chile se constitui como uma experiência emblemática no cenário internacional, pois os recursos hídricos foram, por bastante tempo, bens privados. A Constituição do Chile de 1980 determina que “os direitos dos indivíduos sobre a água, reconhecidos ou constituídos de acordo com a lei, conferirão aos seus proprietários a propriedade sobre eles” (Chile, 1980, tradução livre dos autores), qualificando a água como um recurso privado. O Código de Águas de 1981, Lei 21.652, desvinculou a posse dos recursos hídricos da propriedade do solo. Nesse contexto,

Fica estabelecido que o sistema de distribuição será feito por meio de direitos, que conferem aos seus proprietários a propriedade sobre o uso do recurso [...] o sistema de distribuição de água no Chile consiste em direitos de uso da água que possuem proteção constitucional, o que gerou um sólido sistema de mercado (MATUS *et al.*, 2020, p. 32, tradução livre dos autores).

Poucas alterações legislativas foram percebidas nos últimos 30 anos, embora muitos projetos de reforma tramitassem nas casas legislativas (Matus *et al.*, 2020). Contudo, a atual política de acesso à água foi objeto de constatação das manifestações de 2019. Em um marco significativo, ocorrido em 6 de abril de 2022, o cenário normativo experimentou uma transformação com a aprovação da Lei nº 21.435 no Chile, que reforma o Código de Águas (Chile, 2022). Esta legislação promoveu uma mudança paradigmática ao reconhecer o acesso à água potável e saneamento como um direito humano essencial e inalienável, cuja garantia é incumbência do Estado. Este ajuste normativo reflete um deslocamento do enfoque exclusivamente mercadológico para uma abordagem mais centrada nos direitos humanos, posicionando a água como um recurso crucial cujo acesso é agora tutelado como um direito fundamental.

b) Exploração mineral

Segundo o United States Geological Survey (2024), o Chile é o maior produtor de cobre do mundo, num contexto no qual a *commodity* vem sendo que cada vez mais demandado no cenário global. Por isso, a mineração do metal é de substancial importância para a sua economia.

Embora o Chile seja um país com abundantes reservas minerais, existem questionamentos acerca dos benefícios da apropriação privada do capital proveniente das atividades de mineração. Em 1971, o Estado chileno controlava 88% da produção, mas foi progressivamente perdendo o controle para a iniciativa privada. Em 2006, controlava apenas 29% da produção. A exploração, enquanto atividade econômica, é realizada por corporações transnacionais de grande porte, como a Anglo American e a BHP. Cabe aqui ressaltar que o Governo Boric aumentou a carga tributária para atividades de exploração mineral, com o intuito de incrementar o financiamento de programas sociais.

Ainda, diante da crescente demanda internacional pelo lítio, o governo chileno promulgou a Estratégia Nacional do Lítio, uma iniciativa que resulta de uma colaboração entre entidades públicas e privadas, notadamente a Codelco e a Enami. Esta estratégia, delineada em 2023, abrange um conjunto de medidas visando integrar capital, tecnologia, sustentabilidade e valor agregado ao setor produtivo, buscando uma coexistência harmônica com as comunidades locais (Chile, 2023a).

Conforme as diretrizes estabelecidas pelo governo chileno, os objetivos fundamentais da Estratégia Nacional do Lítio incluem: o início de um processo de diálogo e de participação com os diversos atores envolvidos; a criação da Empresa Nacional do Lítio; o estabelecimento de uma rede de *salares* protegidos, assegurando, nos *salares* sob regime de exploração, a utilização de tecnologias de baixo impacto ambiental; a modernização do arcabouço institucional; a instituição de um Instituto Tecnológico e de Pesquisa Pública do Lítio e *Salares*; a incorporação do Estado na atividade produtiva do *Salar* de Atacama; e a prospecção de outros *salares* (Chile, 2023a).

A Codelco, reconhecida como a maior produtora de cobre do mundo, tem sido rotulada como o "Chernobyl chileno" devido aos graves impactos ambientais que suas operações exercem sobre a saúde das comunidades locais (Molina, 2023). Essa comparação destaca as severas repercussões na saúde da população afetada pelas atividades da empresa. Além disso, é crucial observar que, apesar da democracia chilena ter se estabelecido há 34 anos, o modelo de exploração mineral introduzido durante a ditadura permanece fundamentalmente intacto. Esse modelo tem gerado consequências de natureza social, cultural e econômica para as comunidades localizadas no Norte do Chile (Bohoslavsky, Fernández; Smart, 2019).

c) Política de habitação

A política de habitação chilena, a partir do Governo Pinochet, foi caracterizada pela promoção do crescimento do mercado imobiliário por meio da criação de áreas de expansão urbana, resultando em *déficit* habitacional, segregação territorial e expulsão de populações de baixa renda das zonas urbanas centrais para regiões periféricas (Dattwyler, 2005). Nesse contexto, o Estado chileno concentrou seus esforços na concessão de subsídios habitacionais, especialmente voltados para a população de baixa renda. No entanto, Correa-Parra *et al.* (2023) revelam uma profunda contradição entre a lógica da subsidiariedade adotada pelo Estado, o intenso desenvolvimento imobiliário e o aumento contínuo do *déficit* habitacional.

Este momento crítico evidencia a necessidade premente de integrar o direito à habitação como um dos pilares fundamentais da nova carta magna. Em resposta a essas questões, o documento apresentado pela Convenção Constitucional de 2022 propunha a inclusão da habitação como um direito fundamental, buscando garantir acesso universal e equitativo à moradia digna. Contudo, essa proposta enfrentou significativa resistência e foi eventualmente rejeitada pela maioria da população chilena, refletindo tensões e divergências profundas na sociedade sobre o papel do Estado e a proteção dos direitos sociais. Esta rejeição aponta para os desafios contínuos na busca por soluções eficazes e inclusivas para a crise habitacional no Chile.

Este evento sinaliza a necessidade de reavaliação e reformulação de abordagens referentes ao *status* e à salvaguarda do direito à moradia, destacando a importância do contexto macrossocial como instrumento catalisador de transformações estruturais e sociopolíticas.

d) Política de previdência social

A previdência social foi constituída sob um modelo de capitalização individual obrigatória, no qual as administradoras de fundos de pensões (AFP), criadas em 1980, arrecadam um tributo de 10% imposto aos salários dos trabalhadores. Outrossim, é imperativo o depósito mensal de uma parte da remuneração de cada trabalhador em uma conta pessoal administrada por uma AFP.

Atualmente, as empresas AFPs são fiscalizadas pela Superintendência de Pensões (SP), que é o órgão de controle que representa o Estado no interior do sistema de pensões chileno. Trata-se de uma entidade autônoma, cuja máxima autoridade é o/a superintendente. Esta entidade se relaciona com o governo através do Ministério do Trabalho e Previsão Social, por meio da Subsecretaria de Previsão Social.

Quadro 2 – Afiliados nas Administradoras de Fundos de Pensão no Chile

Administradoras de Fundos de Pensão	Número de Afiliados
Capital	1.497.230
Cuprum	574.781
Habitat	1.791.274
Modelo	2.795.441
Planvital	1.620.023
Provida	2.681.091
Uno	856.214

Fonte: Superintendencia de Pensiones (2024)

As críticas ao sistema de pensões chileno têm sido constantes ao longo dos anos, centrando-se principalmente em questões como a baixa cobertura e a insuficiência das contribuições em determinados segmentos da população. Um dos principais desafios apontados é a falta de uma rede de proteção social sólida para aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho formal. A alta informalidade no mercado de trabalho chileno tem dificultado a expansão da cobertura previdenciária e a oferta de proteção contra riscos relacionados à saúde e ao trabalho, impactando de forma significativa os trabalhadores que operam fora do setor formal (Tood; Velez-Grajales, 2009; Behrman *et al.*, 2011, Oliveira; Machado; Hein, 2019).

Em resposta a essas críticas, diversas reformas foram propostas e implementadas, com o objetivo de abordar as deficiências apontadas e melhorar o sistema como um todo (Behrman *et al.*, 2011). Durante o primeiro governo de Michelle Bachelet (2006-2010), foi introduzido o Sistema de Pensões Solidárias em 2008, como uma tentativa de correção de distorções do sistema previdenciário. Essa reforma visava reduzir os efeitos do sistema privatista e aprimorar os três pilares do sistema chileno: pilar público solidário, pilar privado obrigatório e pilar voluntário. Além disso, a reforma de 2008 incluiu dois benefícios voltados para famílias de baixa renda: a Pensão Básica Solidária "direcionada aos riscos relacionados à velhice e invalidez dos não contribuintes do sistema" (Oliveira; Machado; Hein, 2019, p. 3) e a Contribuição Previdenciária Solidária para melhorar as aposentadorias e pensões por invalidez insuficientes para a subsistência.

Contudo, as alterações implementadas pela reforma não foram suficientes para modificar a lógica e o design fundamentais do sistema de pensões chileno (Oliveira; Machado; Hein, 2019). Persiste o anseio de universalizar a previdência no Chile, tornando-a mais acessível ao trabalhador.

e) Política de Saúde

O Golpe Militar no Chile foi um marco para o sistema público de saúde. A partir de tal acontecimento, o sistema público de saúde no país foi desmantelado e substituído pelas instituições de saúde previdenciária, empresas seguradoras privadas que recebiam uma taxa de financiamento de 7% do salário dos trabalhadores através do Fundo Saúde Nacional (FONASA). Isso resultou em disparidades na qualidade dos serviços de saúde oferecidos pelo setor público em comparação com o setor privado.

No ano de 2005, sob a administração do Presidente Ricardo Lagos, foi implementado o Plano de Cuidado Universal com Garantias Explícitas, que se propôs a garantir o atendimento de determinadas doenças a qualquer cidadão, mesmo que no setor privado, mediante pagamento com recursos públicos. Tal política fortaleceu e financiou o setor privado, mas, mesmo assim, em 2018 aproximadamente 26.000 pessoas morreram no Chile em listas de espera de cuidados de saúde. Além disso, como em outros países, os ricos vivem 11 anos a mais que os pobres no Chile (Concha Gutiérrez, 2020).

A sociedade chilena espera que a nova Constituição corrija as deficiências decorrentes da desestruturação da política de saúde pública perpetrada pelo Governo Pinochet, bem como retifique determinadas lacunas no aparato administrativo que resultaram na redução do exercício do direito à saúde.

f) Política de Educação

Na política de educação, no início da década de 1980, a gestão da maioria das escolas foi transferida para entidades privadas. Ainda, por meio da Lei de Financiamento Universitário, foi retirada a contribuição básica do Estado para Universidades.

Conforme a Lei 18.437, de 2009, o sistema educacional chileno é baseado nos direitos constitucionais e acordos internacionais, reconhecendo a educação como direito universal e dever do Estado, sendo obrigatória no ensino básico e secundário (Chile, 2009). Entretanto, o financiamento do Estado se restringe à educação básica e secundária. Com efeito, a educação de ensino superior foi provida às custas do endividamento de estudantes dos setores mais populares (Mancilla; Rojas; Bravo, 2020, p. 306). Nesse contexto, a educação superior chilena era uma das mais restritas e caras do mundo (Llona; Bonvallet; Rojas, 2023).

É somente a partir da Lei 21.091, de 2018, que a política de educação superior gratuita é implementada no Chile. Conforme o Ministério da Educação (Chile, 2023b), para obter gratuidade no ensino superior, os estudantes devem cumprir requisitos de renda, não ter títulos profissionais anteriores, estar matriculados em uma instituição de ensino superior aderente, e a política se estende a estudantes de licenciatura que buscam se tornar professores por até quatro semestres, bem como a

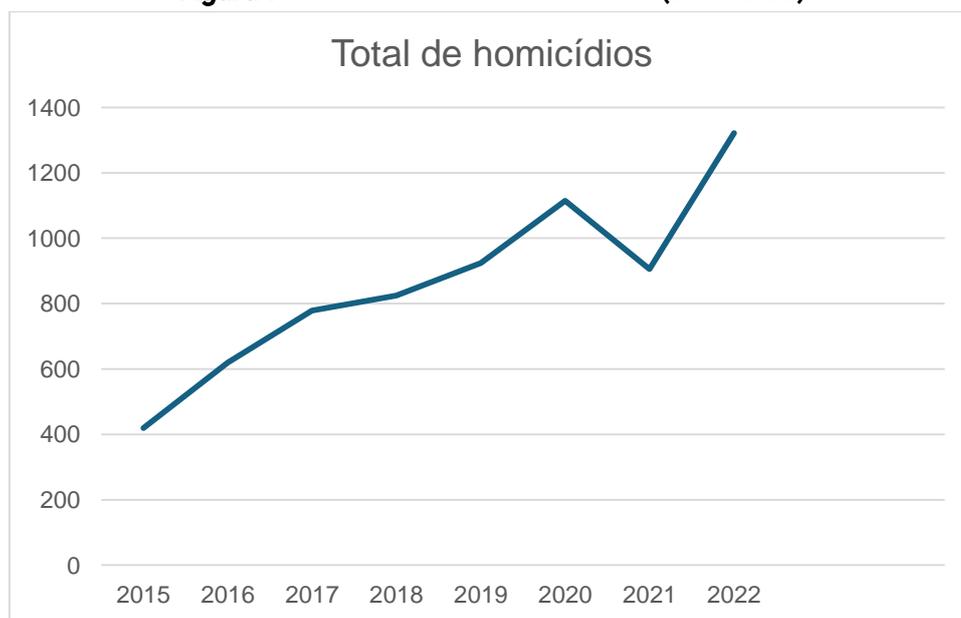
titulares de diplomas técnicos que buscam títulos profissionais. A duração nominal do curso não deve ser excedida se já estiverem no ensino superior, e a nacionalidade chilena ou residência definitiva no Chile, juntamente com o ensino médio concluído no país, são imperativos.

Apesar da existência de política para gratuidade, essa questão apresenta inúmeros desafios, tais como ser mais inclusiva, democrática e universal, além de ter a necessidade de criar mecanismos que garantam a permanência na universidade do estudante, sobretudo aqueles em situação de maior vulnerabilidade social (Oyarce; Leihy; Zegers, 2020).

g) Política de segurança pública

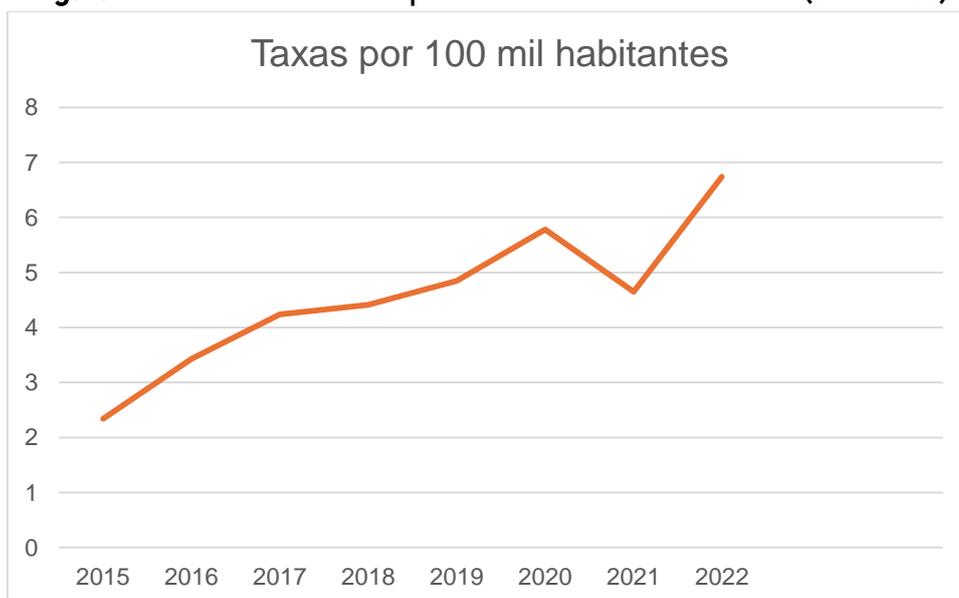
No que tange à esfera da segurança pública, é imperativo reconhecer que a construção sociopolítica do Chile foi permeada pela presença de fenômenos violentos, característica inerente à construção sócio-histórica dos demais países latino-americanos (Salazar, 1999). Entretanto, tem apresentado historicamente números baixos em termos de violência e criminalidade, sendo considerado um dos mais seguros da América Latina. Não obstante, em 2022, o país experimentou um aumento significativo na taxa de homicídios em relação ao ano anterior.

Figura 1 – Taxa de homicídios no Chile (2015-2022)



Fonte: UN Office On Drugs and Crime

Figura 2 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Chile (2015–2022)



Fonte: UN Office On Drugs and Crime

A percepção crescente de insegurança por parte da população tem aumentado o apoio a políticas de "punho de ferro" (*iron fist*) e uma posição mais forte em relação à migração, segundo pesquisas realizadas pela Insight Crime (2003). Em 2022, 90,6% da população acreditava que a criminalidade havia aumentado, com homicídios registrando um aumento de 46% em comparação a 2021, principalmente em áreas como Arica, Tarapacá e Parinacota. Segundo o Ministério Público, a maioria dos homicídios está ligada ao crime organizado, e a população vê o combate ao crime e ao tráfico de drogas como a principal prioridade do governo. Além disso, 70% acreditam que os migrantes aumentam a criminalidade, embora dados indiquem que os estrangeiros não cometem crimes em uma proporção maior que os chilenos (Insight Crime, 2023).

14

Em julho de 2023, o Ministério de Interior e Segurança Pública, por meio do Centro para Prevenção de Homicídios e Delitos Violentos (CPHDV), apresentou o Primeiro Relatório Nacional de Homicídios Consumados, que compreendeu o período de 2018 a 2022. Ao analisar as vítimas por idade e sexo, o relatório aponta que, em 2022, 89% das vítimas foram homens. A faixa etária com o maior percentual de vítimas situa-se entre 18 e 29 anos (34,3%). Ainda, 4,3% das vítimas do sexo masculino tinham menos de 18 anos. Quanto aos agressores, 91,4% são homens, a faixa etária com maior envolvimento em homicídios é de 18 a 29 anos, representando 43,8% dos agressores do sexo masculino. A faixa etária com maior porcentagem de envolvimento como agressoras é de 18 a 29 anos, representando 39,1%.

A criação do CPHDV, destinado ao acompanhamento e à proposição de políticas públicas para a redução de homicídios, representa uma resposta estratégica do governo chileno à crescente problemática da violência. Este tema tem se intensificado na agenda política do país, refletindo uma preocupação nacional com a segurança pública. O foco principal dessas iniciativas são os jovens, que constituem o grupo mais afetado por essa onda de violência (Centro para la Prevención de Homicidios y Delitos Violentos, 2023).

5 As janelas de oportunidade no contexto chileno

De fato, as políticas públicas chilenas implementadas entre a ditadura militar e o Governo Boric suscitam uma série de questões complexas e interconectadas em análise de políticas públicas. A primeira diz respeito ao contexto nacional na transição para a década de 2020, que indicou que significativas rupturas estão em curso nas políticas públicas chilenas.

A segunda aponta que, considerando as categorias *policy network* e *policy arena*, há uma afinidade entre neoinstitucionalismo e análise de estilos políticos (Frey, 2000). Reconhecendo uma relação de condicionalidade mútua entre as duas dimensões, tal convergência se fundamenta na capacidade das instituições de interagirem com um ator político específico, delineado por um estilo político particular. A experiência histórica mostra que o institucionalismo do Estado chileno foi balizado por um governo autoritário e neoliberal, e posteriormente confluiu, com alternâncias, para movimentos progressistas ou conservadores ancorados nos estilos políticos dos detentores do poder. A democracia chilena, ao apresentar apenas alterações incrementais, não conseguiu substituir a Constituição do Governo Pinochet.

Entretanto, a terceira questão indica que a tentativa maior de ruptura com a herança ditatorial surgiu em decorrência da ação do “amaciamento” do sistema político, no qual os *policy entrepreneurs* aproveitaram uma janela de oportunidade⁴ com a crise do neoliberalismo chileno, buscando introduzir e reintroduzir questões sensíveis na agenda governamental (Kingdon, 2006). Nos termos de Kingdon (2006, p. 237):

As janelas são abertas por eventos que ocorrem tanto na dinâmica dos problemas quanto da política. [...] eventos na dinâmica política, tais como a eleição de novos políticos, mudança no clima político-nacional, ou um *lobby* poderoso, podem criar oportunidades de trazerem se à tona alguns problemas e propostas e, conseqüentemente, reduzir as chances de outros problemas ou propostas.

Os processos constituintes de 2022 e 2023 foram janelas de oportunidades fechadas para a substancial mudança de curso nas políticas públicas chilenas. Nessa esteira, “previsíveis ou imprevisíveis, janelas abertas são pequenas e escassas. As oportunidades vêm, mas também passam. As janelas não ficam abertas por muito tempo. Se uma chance for perdida, é preciso esperar por outra” (Kingdon, 2006, p. 237).

Por fim, a quarta questão em tela se refere ao reconhecimento da pertinência da experiência chilena como emblemática para o estudo de variáveis e conceitos em políticas públicas. Destarte, emerge um cenário caracterizado por um nítido esforço social direcionado à compreensão e à mitigação de implicações advindas das conseqüências de políticas marcadas privatização, desregulamentação e diminuição do papel do Estado.

⁴ Segundo Kingdon (2006), as janelas de oportunidades decorrem da confluência de três correntes: dos problemas, de políticas, da política. A junção das três formaria as janelas de oportunidade.

6 Considerações finais

O artigo buscou ilustrar as conexões entre a conjuntura sociopolítica e histórica do Estado chileno e as alterações no relevo das políticas públicas, pois dinâmicas políticas que permeiam a República do Chile se refletem nas políticas públicas.

A estrutura política da República do Chile está passando por uma reestruturação substancial, motivada pelo questionamento das orientações de políticas implementadas durante o regime militar, cujas repercussões reverberaram em grandes manifestações, em 2019 e 2020.

As grandes manifestações de 2019 e 2020 abriram uma janela de oportunidade para redefinições globais nos rumos da sociedade chilena. As transições substanciais no jogo político trazem consigo rupturas e continuidades. Rupturas como a universalização da água e continuidades como o modelo de privatizações da política de mineração.

A análise de políticas públicas é um importante mecanismo para o aprimoramento das ações provenientes da administração pública para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma localidade. Destarte, para além da análise de políticas públicas em perspectiva local, diversas práticas de agendas estabelecidas em distintos lugares (Spink, 2001) são analisadas comparativamente, na tentativa de incrementação do campo do conhecimento, o que contribui com internalização de experiências exitosas.

Não foi propósito desse estudo explorar com profundidade as políticas públicas chilenas. Mas, sim, buscar identificar como as transições do Chile podem ser estudadas à luz de um arcabouço teórico de análise de políticas públicas. E, ainda, explicitar o lugar do Chile como um país emblemático para estudos em análise de políticas públicas.

De resto e por fim, estudos sobre as experiências chilenas, assim como as de outros países latino-americanos, são relevantes para o Brasil, pois proporcionam um acúmulo teórico-metodológico sobre políticas públicas, integração regional e enfrentamento de desafios sociais e políticos. A América Latina possui um potencial imenso e os seus países devem cooperar numa perspectiva de desenvolvimento global.

Referências

AGGIO, Alberto; QUIERO, Gonzalo. Cáceres. Chile: processo político e controvérsias intelectuais. *Lua Nova*, n. 49, p. 87–111, 2000.

AGUILAR CAVALLLO, Gonzalo. Presentación. *Estudios constitucionales*, Santiago, v. 21, n. 1, p. 4–5, jul. 2023. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-52002023000100004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2023.

BEHRMAN, Jere; CALDERON, Maria Cecilia; MITCHELL, Olivia; VASQUEZ, Javiera; BRAVO, David. First-round impacts of the 2008 Chilean pension system reform. *Michigan Retirement Research Center Research*. Paper n. WP 2011-245, 1 set. 2011. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1960582>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. *Cumplicidade econômica com a ditadura chilena: um país fortemente desigual*. Santiago: LOM, 2019.

CENTRO PARA LA PREVENCIÓN DE HOMICIDIOS Y DELITOS VIOLENTOS. 1er *Informe Nacional de Homicidios Consumados*. Una visión integrada e institucional 2018-2022. Subsecretaría de Prevención del Delito, 2023. Disponível em: <<https://prevenciondehomicidios.cl/wp-content/uploads/2023/07/Informe-homicidios-2018-2022.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CHILE. Congreso Nacional. *Ley n° 21.435, de 2022*, que modifica el Código de Aguas. 2022. Disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1174443>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CHILE. *Constitución Política de la República de Chile de 1980*. 1980. Disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=242302>>. Acesso em: 31 mar. 2024.

CHILE. *Lítio por Chile*. 2023a. Disponível em: <<https://www.gob.cl/litioporchile/>>. Acesso em: 17 dez. 2023.

CHILE. Ministerio de Educación. *Decreto con fuerza de ley n° 2, de 2009*, que fija texto refundido, coordinado y sistematizado de la ley n°20.370 con las normas no derogadas del decreto con fuerza de ley n° 1, de 2005. 2009. Disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1014974>>. Acesso em: 20 jul.2023.

CHILE. Ministerio de Educación. *Gratuidad educación superior*. 2023b. Disponível em: <<https://www.ayudamineduc.cl/ficha/gratuidad-educacion-superior>>. Acesso em: 26 out. 2023.

CONCHA GUTIÉRREZ, Juan Carlos. Hitos relevantes en la política de salud chilena. *Revista Chilena de Salud Pública*, n. especial, p. 18-37, 2023. DOI: 10.5354/0719-5281.2022.70146. Disponível em: <<https://revistasaludpublica.uchile.cl/index.php/RCSA/article/view/70146>>. Acesso em: 22 out. 2023.

CORREA-PARRA, Juan; VERGARA-PERUCICH, Francisco; TRUFELLO, Ricardo; AGUIRRE-Núñez, Carlos. Déficit de la vivienda en el Gran Santiago: evidencia empírica sobre conflictos y argumentos para repensar la planificación metropolitana. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 15, p. e20210251, 2023.

DATTWYLER, Rodrigo. *La vivienda social en Chile: y la construcción del espacio urbano en el Santiago del siglo XX*. Santiago: Instituto de Geografía, Universidad de Chile, Centro de Investigaciones Diego Barrios Arana, 2005.

DULCI, Tereza; SADIVIA, Vania. El estallido social en Chile: ¿rumbo a un nuevo constitucionalismo?. *Revista Katálisis*, v. 24, n. 1, p. 43-52, jan. 2021.

DYE, Thomas. *Understanding public policy*. New Jersey: Pearson, 2013.

FARAH, Marta. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 6, p. 959-979, nov. 2016.

FARIA, Carlos Aurélio. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 97-110, out. 2005.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 211-259, 2000.

GARRETÓN, Manuel. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. *Lua Nova*, n. 27, p. 59-92, dez. 1992.

HOWLETT, Michael; RAMESH, Mohan. *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

INSIGHT CRIME. *Security crisis radicalizes public opinion in Chile*. Insight Crime, 2023. Disponível em: <<https://insightcrime.org/news/security-crisis-radicalizes-public-opinion-in-chile/>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

KINGDON, John. *Agendas, alternatives and public policies*. 2ed. New York: Longman, 2011.

KINGDON, John. Juntando as coisas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.), *Políticas públicas: coletânea*, v. 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 225-246.

KNOEPFEL, Peter; LARRUE, Corinne; VARONE, Frédéric.; HILL, Michael. *Public policy analysis*. Bristol: The Policy Press, 2007.

LLONA, María Angélica; BONVALLET, Verónica; ROJAS, Milton. Política de gratuidad en educación superior en Chile y garantía del derecho a la educación: tensiones y desafíos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, p. e280059, 2023.

LYNN, Lawrence. *Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MANCILLA, Marcelo; ROJAS, Ana María; BRAVO, Víctor. ¡Hasta que la dignidad se haga costumbre! Neoliberalismo al desnudo en la rebelión social chilena de octubre-2019. In: FREITAS, L et. al. *Miradas acerca da América Latina: capitalismo dependente, crise estrutural e lutas sociais*. Rio de Janeiro: Telha, 2020, p. 301-325.

MARQUES, Eduardo Cesar. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 43, p. 67-102, 1997. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/184>>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MATUS, Silvia; GIL, Marina; BLANCO, Elisa; LLAVONA, Alba; NARANJO, Lisbeth. *Desafíos hídricos en Chile y recomendaciones para el cumplimiento del ODS 6 en América Latina y el Caribe*. (LC/TS. 2020/134). Serie Recursos Naturales y Desarrollo, n. 198. Santiago: CEPAL, 2020.

MAYER, Rodrigo. Direita populista radical na América Latina: os casos da Argentina, Brasil, Chile e El Salvador. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2024.

MOLINA, Paula. El cierre de la emblemática chimenea de Ventanas, símbolo de las "zonas de sacrificio" ambientales en Chile. *BBC* [online]. 1 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-65768354>>. Acesso em: 26 out. 2023.

OLIVEIRA, Suelen; MACHADO, Cristiani; HEIN, Aléx. Reformas da Previdência Social no Chile: lições para o Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 5, p. e00045219, 2019.

- OYARCE, Nicolas; LEIHY, Peodair; ZEGERS, Jose Miguel. Crisis de la educación superior en el Chile neoliberal: mercado y burocracia. *Educar em Revista*, v. 36, p. e77536, 2020.
- RIPLEY, Randall. Stages of the policy process. In: MCCOOL, Daniel (Org.). *Public policy theories, models, and concepts: an anthology*. New Jersey: Prentice Hall, 1995, p. 157-162.
- SALAZAR, Gabriel. Raíces históricas de la violencia en Chile. *Revista de Psicología*, v. 8, n. 2, p. 19-25, 1999.
- SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Org.). *Políticas públicas: coletânea*, v. 1. Brasília: ENAP, 2006.
- SATER, William; COLLIER, Simon. *Historia de Chile: 1808-2017*. Madrid: Akal, 2019.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20-45, dez. 2006.
- SPINK, Peter. O lugar do lugar na análise organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, edição especial, p. 11-34, 2001.
- SUPERINTENDENCIA DE PENSIONES. *Informe Estadístico Mensal de Afiliados e Contribuintes*. 2024. Disponível em: <<https://www.spensiones.cl/>>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- TODD, Petra; VELEZ-GRAJALES, Viviana. How pension rules affect work and contribution patterns: a behavioral model of the chilean privatized pension system. *SSRN Electronic Journal*, 2009. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1476959>>. Acesso em: 5 jun. 2024.
- TORRES, Carlos. Chile: o colapso do oásis neoliberal. *Revista Fim do Mundo*, v. 2, n. 5, p. 295-311, 2021.
- TREVISAN, Andrei Pittol.; BELLEN, Hans Michael van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 529-550, jun. 2008.
- UNDURRAGA, Tomás. Neoliberalism in Argentina and Chile: common antecedents, divergent paths. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 55, p. 11-34, set. 2015.
- UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY. *Cooper - Annual Publications 2024*. Disponível em: <<https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2024/mcs2024-copper.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2024.
- VALENZUELA, Arturo. Eight years of military rule in Chile. *Current History*, v. 81, n. 472, p. 64-88, 1982.
- VILLALOBOS, Sergio. *Breve historia de Chile*. Santiago: Editorial Universitaria de Chile, 2022.
- WINN, Peter. *A Revolução Chilena* São Paulo: UNESP, 2010.

Artigo recebido em: Junho de 2024.

Aprovado em: Outubro de 2024.

Francisco Thiago Cavalcante Garcez (thiago.garcez@ufabc.edu.br) é Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC. Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará.

Alexandre Antonio Bruno da Silva (alexandre.bruno@uece.br) é Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Artur Zimerman (artur@ufabc.edu.br) é Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

Transformações e continuidades: análise das políticas públicas chilenas pós-manifestações de 2019

Resumo. O objetivo deste artigo é analisar as transições nas políticas públicas chilenas ocorridas a partir das grandes manifestações de 2019. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, abrangendo categorias inerentes às políticas públicas e ao contexto sociohistórico e político chileno. Reformas em áreas como gestão hídrica, exploração mineral, habitação, previdência, saúde, educação e segurança pública foram examinadas. Constatou-se que a orientação das políticas públicas chilenas mantém traços do Governo Pinochet, cujas consequências foram geradoras de desigualdade. As grandes manifestações de 2019 reverberaram em janelas de oportunidades para revisão e inclusão de questões sensíveis na agenda governamental. Além disso, processos macrossociais influenciam significativamente as políticas públicas, pois as repercussões de eventos históricos são incorporadas pelo Estado, que está em constante metamorfose sociocultural e político-econômica. Como resultado, foram observadas transformações nas políticas públicas, embora com a persistência de elementos herdados do modelo neoliberal implementados durante o Governo de Pinochet.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Análise de Políticas Públicas; Chile.

20

Transformations and continuities: analysis of Chilean public policies post-2019 protests

Abstract. The objective of this article is to analyze the transitions in Chilean public policies that occurred after the major protests of 2019. Bibliographic and documentary research was carried out covering categories inherent to public policies and the Chilean socio-historical and political context. Reforms in areas such as water management, mineral exploration, housing, pensions, health, education and public safety were examined. It was found that the orientation of Chilean public policies maintains traces of the Pinochet Government, the consequences of which generated inequality. The large protests of 2019 reverberated in windows of opportunity to review and include sensitive issues on the government agenda. Furthermore, macrosocial processes significantly influence public policies, as the repercussions of historical events are incorporated by the State, which is in constant sociocultural and political-economic metamorphosis. As a result, transformations in public policies were observed, although with the persistence of elements inherited from the neoliberal model implemented during Pinochet's government.

Keywords: Public Policy; Policy Analyst; Chile.